



## III SEMANA DO DIREITO

### ANAIS



# UM VIÉS JURÍDICO ACERCA DA ECONOMIA DO CUIDADO DIANTE DA INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES

## Autor(res)

Elane Cristina Da Silva Fernandes  
Maria Do Carmo Leonardo Bastos

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SOBRAL

## Introdução

São denominadas economia do cuidado as imprescindíveis tarefas garantidoras de apoio a crianças, a idosos e a pessoas doentes ou com deficiência. Isso assegura a continuidade da vida. No Brasil, essas atividades não são remuneradas ou são feitas precariamente. Elas se encontram desequilibradamente sob a responsabilidade das mulheres. Esse cenário evidencia a permanente e profunda desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho. Diante dessa desvalorização, há o enfraquecimento do sustentáculo econômico e social.

O problema é que este trabalho, subvalorizado e não remunerado, permanece invisível. Ele não aparece como prioridade em políticas públicas nem em dados de pesquisas oficiais, perpetuando desigualdades e enfraquecendo direitos fundamentais.

Este estudo busca compreender os empecilhos e possibilidades para o reconhecimento e regulamentação da economia do cuidado. Por ser um tipo de atividade tão imprescindível à sociedade, deve ser discutido sob a perspectiva jurídica.

## Objetivo

Analisar a inexistência de leis que regulamentem a economia do cuidado, atividade que, em sua maioria, fica sob a responsabilidade das mulheres – perpetuando a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero – cuja regulamentação visa à valorização e ao justo reconhecimento dessas tarefas não remuneradas e tão essenciais à sociedade.

## Material e Métodos

Ao interligar o Direito com outras áreas científicas, pretende-se estabelecer relações consistentes entre os fundamentos da Constituição Federal de 1988 – CF/88 (igualdade e dignidade), as diretrizes urgentes de organismos internacionais e as propostas concretas de políticas públicas.

Esta pesquisa de revisão bibliográfica, ancorada na interdisciplinaridade, tem abordagem exploratória e qualitativa. As fontes consultadas encontram-se no campo jurídico, econômico e sociológico. Buscou-se analisar artigos científicos nacionais e os documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e os relatórios da ONU Mulheres que remetem à economia do cuidado e a sua profunda interface com o Direito constitucional e trabalhista.



## III SEMANA DO DIREITO

### ANAIS



Discute-se a urgência quanto à redistribuição das tarefas de cuidado, a garantia equivalente e equitativa de licenças, a ampliação dos serviços públicos de cuidado e a remuneração justa às cuidadoras profissionais.

### Resultados e Discussão

Estudiosas como Hirata (2022) realizam pesquisas sobre gênero que são de fundamental relevância. Essas pesquisas evidenciam o trabalho reprodutivo como o alicerce silencioso a sustentar a economia produtiva como um todo, permanecendo invisível diante do Estado e da legislação.

Torna-se imprescindível compreender a economia do cuidado. Percebe-se um avanço nesse quesito, pois é um tema recorrentemente debatido em fóruns internacionais, como a ONU Mulheres (2024) e a CEPAL (2023). Esses organismos reconhecem a problemática e enfatizam a urgência de criação e implementação de políticas públicas que valorizem esse esforço e redistribuam o tempo.

Indubitavelmente existem subsídios palpáveis para a discussão no âmbito jurídico do Brasil. A CF/88 preconiza em seu artigo 1º, III, a dignidade da pessoa humana e, no artigo 5º, a igualdade material como pilares fundamentais. Isso legitima plenamente o reconhecimento do cuidado como um dever social a ser compartilhado e um direito inegociável.

### Conclusão

O Poder Legislativo e as instituições jurídicas têm de assumir o seu papel transformador, promovendo a inclusão de políticas de cuidado como âmbito para a consolidação do desenvolvimento social e da justiça de gênero no Brasil.

Para mitigar as desigualdades entre homens e mulheres e concretizar a igualdade material, faz-se necessário o reconhecimento jurídico do cuidado. A economia do cuidado é o pilar invisível a sustentar a vida e a economia formal, mas permanece desprotegida. É dever de todos afirmar seu reconhecimento e valorização, garantindo a dignidade humana e material (CF/88)

### Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 out. 2025.

GARCIA, A. G. et al. Igualdad de género y sociedad del cuidado. Revista de la CEPAL, v. 2023, n. 141, p. 179-192, 2023. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48420-sociedad-cuidado-horizonte-recuperacion-sostenible-igualdad-genero>. Acesso em: 18 out. 2025.

HIRATA, H. O cuidado: teoria e prática. São Paulo: Boitempo, 2022.

ONU MULHERES. Cuidado: um investimento fundamental para a igualdade de gênero e os direitos das mulheres e meninas. Brasília, 29 out. 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/cuidado-um-investimento-fundamental-para-a-igualdade-de-genero-e-os-direitos-das-mulheres-e-meninas/>. Acesso em: 17 out. 2025.